

Cultura, identidade e política no Currículo de formação em Psicologia

Culture, identity and politics in the Psychology Curriculum

Mariana Aguiar Manenti^{1*}, Fábio Viana Santos¹, Núbia Regina Moreira¹

RESUMO

Este artigo teve como objetivo de compor reflexões acerca do currículo de formação em psicologia, a partir da noção do currículo como significação cultural e prática de enunciação sob uma perspectiva de estudos culturais e pós estruturais. Diante dessa discussão foi possível tensionar as significações criadas a respeito dos sujeitos objetos de estudo da Psicologia, compreendendo-o a partir das noções de cultura, identidade e política.

Palavras-chave: currículo; formação em psicologia; cultura; identidade; política

ABSTRACT

This article aimed to compose reflections about the curriculum the psychology formation, based on the notion of the curriculum as cultural significance and the practice of enunciation from a perspective of cultural and post-structural studies. In view of this discussion, it was possible to stress the meanings created about the subjects object of study of Psychology, understanding it from the notions of culture, identity and politics.

Keywords: curriculum; psychology formation; culture; identity; politics

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*E-mail: marianaamanenti@gmail.com

INTRODUÇÃO

A psicologia é um campo de disputa entre saberes de áreas diversas, com vários segmentos que nos permitem questionar os seus objetos de estudos. A vista disso, torna-se relevante as discussões sobre cultura, identidade e política para a compreensão dos sujeitos objetos de estudos da Psicologia. Para tanto, fizemos algumas reflexões a partir dos estudos culturais de Appadurai (1996) e Hall (2006, 2003, 2000) e dos estudos sobre currículo e política Lopes e Macedo (2011), Oliveira e Moreira (2022), Da Silva e Moreira (2020, 2019, 2018) e Mouffe (1999, 1996).

Considera-se que esse estudo possibilita algumas reflexões sobre a importância de futuramente questionar e tensionar as constituições e posições de sujeitos também pela negatividade, em espaços conflituosos como a Psicologia, sem ignorar os consensos, para que as fronteiras e os antagonismos possam ser observados e para propormos um novo olhar sobre o político para área.

CULTURA E IDENTIDADE SOB RASURA

Ao tentar compreender a cultura, considera-se a ideia de que ela opera em terrenos contestados, meio a conflitos e disputas que nos mobilizam a dar sentido e a (re)significar a nossa existência. De acordo com Appadurai (1996), a cultura “é uma dimensão penetrante do discurso humano que explora a diferença para gerar diversas concepções da identidade de grupo” (p. 29), e ao se tornar hegemônica, a cultura naturaliza e limita as diferenças nas disputas por poderes ao homogeneizá-las a serviço da generalização e universalização de sua representação.

A sociedade ocidentalizada e globalizada, é um resultado híbrido de fluxos culturais e tecnológicos que se hegemonzaram e que se movimentam a partir das emergências dos mercados, dos sentidos dados às civilizações, ao Estado, às normas, que constantemente demandam significações a serem subjetivadas e modeladas. A homogeneização dessas demandas, sendo um dos efeitos dominantes da globalização, ao mesmo tempo que dão sentido a cultura ocidental, também enfraquecem o sentido de público (Hall 2003, p. 59) e, conseqüentemente, o sentido da política.

A política aqui tem a ver com a ação política e a formação de identidades coletivas. De acordo com Mouffe (1999), seu objetivo é a criação de um 'nós' em um contexto de diversidade e de conflito. A autora afirma que

De fato, O campo das identificações coletivas onde se trata da criação de um "nós" mediante a delimitação de um "eles" haverá a possibilidade de que esta relação nós/eles se transforme em relação amigo/inimigo, ou seja, que ela mesma se transforme no espaço de antagonismo. Isto sucede quando o outro, que até agora tinha sido considerado sob o modo simples da diferença, começa a ser percebido como aquele que nega minha identidade e questiona minha existência. A partir desse momento, qualquer forma da relação nós/eles, seja de tipo religioso, étnico, econômico ou outro, se torna política. (MOUFFE, 1999, p. 269).

Assume-se então a ideia de política centrada na negociação na prática social (Hall, 2003), nos espaços de consensos conflituosos, onde os adversários podem disputar entre si na arena de fronteiras da política. Cabe ressaltar, que a ocidentalidade se alicerça em opressões e apagamentos, por retirar os localismos e as possibilidades de subjetivações dos sujeitos ao unificar os saberes, os sentidos. Segundo Hall, “a via para a nossa modernidade está marcada pela conquista, *expropriate*, genocídio, escravidão, pelo sistema de engenho e pela longa tutela da dependência 'colonial'.” (Idem, p. 30).

No entanto, ainda de acordo com o autor, outras tendências, outros efeitos da globalização, como a disseminação da diferença cultural, tem a capacidade de “subverter e traduzir, negociar e fazer com que se assimile o assalto cultural global sobre as culturas mais fracas” (Idem, p. 45) descentrando os modelos ocidentais, mas ainda sem o poder confronto e disputa.

A importância de trazer os estudos culturais e da teoria política para essa discussão se dá pela compreensão de que as subjetivações são feitas nos fluxos culturais e nas relações de poderes, e a partir deles nos posicionamos como sujeitos e as nossas identidades são assumidas. (Hall, 2006, p. 13). Identidades essas, que são fragmentas e tem caráter contingente, “elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições [...] constantemente em mudança e transformação”. (HALL, 2000, p. 108). Em outras palavras trata-se de pensar na identidade “sob rasura” (Hall, 2003, p. 51), que sempre está aberta às ressignificações.

Assim, como ressalta Manenti (2021, 2022) deslocar a ideia de identidade em direção a perspectiva pós estrutural é considerar que é a e na linguagem que se constitui o seu significado, mesmo não refletindo a sua realidade plena, que nesse registro teórico aqui assumido é impossível de se concretizar, pois “há sempre algo descentrado no meio

cultural, na linguagem, na textualidade, na significação, que escapa e foge à ligação com outras estruturas." (HALL, 2003, p. 199). Ou seja, são nos escapes e nas lacunas que os fluxos culturais nos permitem questionar o que é legítimo, hegemônico e universal.

O CURRÍCULO COMO SIGNIFICAÇÃO CULTURAL E PRÁTICA DE ENUNCIÇÃO

De acordo com o registro teórico do pós estruturalismo, o currículo é entendido como cultura, como um sistema de significações e de produção de sentidos, que apresenta a marca colonial da regulação (Lopes e Macedo, 2011, p. 214) e tem caráter universal. No entanto, ainda segundo as autoras, o currículo não tem capacidade de regulação total, deixando lacunas para que a diferença irrompa.

Tratar a diferença e a identidade como questões políticas é remeter-se aos conflitos e aos consensos, é interrogar quais são as demandas que fazem com que sujeitos diversos e inimagináveis se reúnam e se articulam em torno de agendas equivalentes que são ameaçadas por um exterior representado. (LOPES, 2015, p. 448).

Referir-nos ao currículo como prática de enunciação significa considerar que elementos contraditórios podem se articular e criar espaços de existências, mesmo que momentâneas, nos entrelugares (Bhabha, 1998). Esse processo de articulação política e enunciativo da negociação com a diferença, que precisa ser problematizado na análise curricular. (BARREIROS, FRANGELLA, 2010).

Nas políticas curriculares, as articulações estão enredadas em múltiplas exigências e agenciamentos, em que o currículo se torna “essa luta política por sua própria significação, mas também pela significação do que vem a ser sociedade, justiça social, emancipação, transformação social” (LOPES, MACEDO, 2011, p. 253) e do que vem a ser os sujeitos.

As demandas particulares desses sujeitos, junto a mercantilização de sua identidade interferirão na maneira como o currículo de formação é compreendido e precisa ser modificado. O sujeito objeto de estudo da Psicologia poder ser tensionado a partir de diversas compreensões na formação em psicologia. Para tanto, torna-se imprescindível, para essa discussão, a relação dos sujeitos com a política.

QUESTIONANDO O SUJEITO RACIONAL, INDIVIDUAL E UNIVERSAL NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

O projeto de um Brasil moderno teve o processo de industrialização como meta e, conseqüentemente, houve a emergência de um ‘novo homem’ adequado, que estivesse à altura do século. A Psicologia contribuiu durante esse período, com intervenções sociais para a transformação da ordem social e modernização do país, como afirma Antunes (2012, p. 53), a área da Educação e da Medicina foram os campos que mais demandavam por repostas dessa nova ciência.

Os cursos de formação de psicólogos (os), segundo Antunes (Idem, p. 61), reproduziam as pesquisas e as teorias vindas de outros países, principalmente da Europa e Estados Unidos e eram aplicadas a realidade brasileira, além de seguir uma lógica de mercado editorial precária e limitada ao não difundir autores originais para aligeirar o ensino.

As críticas às maneiras com que as teorias eram difundidas existem desde os primeiros tempos da Psicologia, sempre em confronto com a realidade brasileira. As contradições na área da Psicologia, em todos esses anos nos mostra que ela é, também, um espaço de disputas a ser contestado. Inicialmente o modelo biológico, a lógica de que o sujeito individual era o único responsável por suas demandas e os ajustes às normas eram o que representava a Psicologia, até o momento em que tais práticas foram questionadas e a “crise” por uma psicologia compromissada com as demandas sociais e populares ocorreram. (COSTA, 2014)

Esse momento se deu na ditadura militar, que de acordo com Antunes (2012, p. 60), a Psicologia criou formas de resistência, expressando uma ampla luta pela democratização do país. Foi nessas condições que Psicologia passou a se preocupar com a transformação da sociedade a partir de uma atuação que buscasse respostas para os problemas sociais.

De acordo com Bomfim (2003),

Para superar a conhecida “crise” seria necessário buscar uma maior e mais cuidadosa produção de conhecimento, discutindo as questões ideológicas, elucidando os conflitos sociais, analisando as diferenças individuais, grupais e comunidades e questionando o seu próprio papel político. Dessa revisão, fruto das constantes críticas, frutificaram os estudos e as análises sobre poder, ideologia, sujeito social e construção da realidade social. (BOMFIM, 2003, p. 131).

Os cursos de pós-graduações, segundo Antunes (2012, p. 61), tiveram uma importância evidente na qualidade da formação das psicólogas (os) ao investirem em pesquisas com produções articuladas aos problemas sociais e críticas às realidades da época. A autora afirma que o acervo de conhecimento construído era original e criativo, apesar da carência de investimentos em pesquisa no Brasil

associada à complexidade de nossa realidade e a seus múltiplos problemas, constituíram-se em condições relevantes para que a originalidade e a criatividade se tornassem marcas da produção de conhecimento psicológico, relacionadas à multiplicidade de aspectos de seu objeto de estudo e à adoção de diferentes perspectivas metodológicas. (ANTUNES, 2012, p. 61).

Esta psicologia do campo social, para Costa (2014, p. 138), trouxe a “conscientização” e os processos de constituição identitária para o centro do debate das camadas populares. E afirma que os demais conhecimentos da psicologia também deveriam ser colocados a serviço dos movimentos, a partir de uma base teórica que se constituísse em articulações entre a teoria científica e a prática.

A partir dessas considerações podemos perceber que houve uma emergência de um resgate das subjetividades nos modelos dominantes da psicologia, que ao negá-las e buscar a objetividade para o que era subjetivo, afastava o social e o que poderia ser considerado como realidades. Segundo Lane (1985),

O indivíduo era o objeto de estudo e a concepção de social era apenas um cenário. Tínhamos de resgatar a subjetividade para a Psicologia Social e mais, deixar de ver o indivíduo como produto de si mesmo; porque a característica fundamental do ser humano é ele ser um produto histórico e, ao mesmo tempo, agente do meio. (LANE, 1985, p. 20).

No entanto, Lane (1987), afirma que o indivíduo como ser concreto, como produto do esforço racional, era a meta a ser atingida pela psicologia social, a “partir do empírico (que o positivismo tão bem nos ensinou a descrever) e, através de análises sucessivas, nos aprofundarmos, além do aparente, em direção a esse concreto” (LANE, 1987, p. 16).

A espera por um sujeito racional e neutro que seja capaz de alcançar o consenso na política menospreza a especificidade do político. O político, segundo Mouffe (1996), está para além do racionalismo liberal, pois indica “os limites de qualquer consenso racional e mostra que qualquer consenso se baseia em atos de exclusão” (MOUFFE, 1996, p. 165).

A autora também afirma que “o campo do político é onde nós podemos reconhecer a nós mesmos como participantes de uma política comunitária” (IDEM, p. 61.). Isto é, para que a luta política ocorra é necessária a compreensão de que os sujeitos se constituem como posições de sujeitos nos discursos, e disputam com os seus antagonismos nas fronteiras, tendo o seu único momento de “emergência no conflito, a partir de uma relação de negatividade”. (COSTA E PRADO, 2016, p. 221).

A transformação da Psicologia e na formação envolveu diversas entidades representativas que proporcionaram críticas e condições para as buscas de possibilidades de uma superação de uma psicologia elitista e limitada, que seguisse em direção à constituição de uma ciência e de uma profissão radicada em sua realidade e com ela comprometida.

Em produções mais recentes (Sandoval, 1997; Prado, 2001, 2007; Rosa & Silva, 2012; Costa, 2012, 2014), realizadas no campo da Psicologia Política denunciam uma Psicologia que ainda se pretende neutra, para sujeitos universais, mas também interrogam as noções de mudança social, constituição de sujeitos políticos, os processos de ação coletiva e como afirma Costa (2012), implicam-se em tensionar a própria psicologia política, entendo-a como um campo da Psicologia que ocorre nas fronteiras.

Entretanto, há muitos conflitos e consensos a serem investigados e tensionados, em uma área de disputas constantes. As Psicologias coexistem nos avanços com o comprometimento social e busca de igualdade, nas concepções conservadoras e com os retornos de emergências dos sujeitos políticos, como ressalta Antunes (2012), “o movimento histórico é, pois, heterogêneo, e há segmentos que tomam a dianteira do processo, outros que respondem mais tardiamente e outros que resistem.” E é junto as lacunas e fronteiras desses movimentos que precisamos direcionar as nossas investigações para que mais compreensões de sujeitos sejam tensionadas.

CONSIDERAÇÕES CONTINGENCIAIS

Esse texto não pretendeu tensionar todas as noções de sujeito de tantas Psicologias, mas gerou novas condições para as ressignificações dessas e de outras noções. Para que o texto continue aberto, é necessário que radicalizemos as contingencialidades que o imaginário democrático oferece. As aberturas aqui percebidas também se dão pela possibilidade de questionarmos a formação em psicologia e os seus

objetos de estudo sem fixarmos na ideia de um fundamento último de realidade e sem reduzirmos a uma única demanda.

E para as construções futuras é relevante pensar nas estratégias para analisar o currículo de formação em psicologia e as suas políticas considerando que “as políticas curriculares não são outra coisa senão discursos que visam hegemonizar posições de sujeito, mascarando o seu caráter particular como forma de apresentá-las como universais” (MACEDO, 2011, p. 14). E considerar as implicações de se questionar e tensionar as constituições e posições de sujeitos também pela negatividade, em espaços conflituosos sem ignorar os consensos, para que as fronteiras e os antagonismos possam ser observados e propormos um novo olhar sobre o político para a área da Psicologia.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, n. SPE, p. 44-65, 2012.

APPADURAI, Arjun. Dimensões culturais da globalização: modernidade sem peias. Lisboa: **Ed. Teorema**, 1996.

BARREIROS, Débora Raquel Alves; FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Um novo olhar sobre o sentido de política nos estudos curriculares... **Roteiro**, v. 35, n. 2, p. 231-249, 2010.

BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998.
BOMFIM, Elizabeth de Melo. Psicologia social no Brasil. **Belo Horizonte: edições do campo social**, 2003.

COSTA, Frederico Alves; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Crítica, política e psicologia social: A mudança social e o lugar da ação intelectual na luta política. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 21, n. 2, p. 216-227, 2016.

COSTA, Frederico Alves. A dimensão do político na Psicologia Social no Brasil (1986-2011): Uma análise da produção científica a partir da Teoria Democrática Radical e Plural. 2014. **Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG**. 2014

DA SILVA, Lady Daiana Oliveira; MOREIRA, Núbia Regina. O currículo de sociologia e a luta política pela diversidade étnico-racial no ensino médio: BNCC. **Revista e-Curriculum**, v. 18, n. 4, p. 1915-1933, 2020.

DA SILVA, Lady Daiana Oliveira; MOREIRA, Núbia Regina. O contexto discursivo das políticas curriculares. **Revista Espaço do Currículo**, v. 12, n. 2, p. 277-288, 2019.

DA SILVA, Lady Daiana Oliveira; MOREIRA, Núbia Regina. Uma revisão da cultura da performatividade no trabalho docente. **EDUCA-Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 5, n. 10, p. 94-111, 2018.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. Ed. **Rio de Janeiro: DP&A**, 2006.

HALL, Stuart; SOVIK, Livia. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG. **Humanitas**, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: **Vozes**, 2000, p. 103-133.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. Lane, ST M. & Codo, W (orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**, p. 10-19. 1987.

LANE, S. T. M. Revendo a prática da Psicologia Social. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 5, n. 1, p. 20-21, 1985.

LOPES, A. C. Por um currículo sem fundamentos. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 21, n. 45, p. 445-466, 2015.

LOPES, Alice Casimiro. Macedo, Elizabeth. **Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez**, 2011.

MACEDO, Elizabeth. Currículo, identidade e diferença: articulações em torno das novas diretrizes curriculares nacionais para a educação básica. **Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq. (Disponível em www.currículo-uerj.pro.br)**, 2011.

MANENTI, Mariana Aguiar. As demandas das diferenças no currículo de formação em psicologia de Vitória da Conquista-Ba. 2022. 113 f. **Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**, Vitória da Conquista, Bahia, 2022.

MANENTI, Mariana Aguiar; MOREIRA, Núbia Regina. Currículo de formação em psicologia e a emergência do ensino remoto: conflitos e consensos em tempos da pandemia da Covid-19 no Brasil. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, v. 8, n. 14, 2021.

MOUFFE, Chantal. Por uma política da identidade nômade. **Debate Feminista (Cidadania e Feminismo). São Paulo: México**, 1999. p. 266-275.

MOUFFE, Chantal. O regresso do político. Tradução de Ana Cecília Simões. **Portugal, Lisboa: Gradiva**, 1996.

PRADO, Marco Aurélio M. Psicologia política e ação coletiva. **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p. 149-170, 2001.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Fronteiras negadas: contribuições da psicologia política para a compreensão das ações políticas. **Psicologia Social: articulando saberes e fazeres. Belo Horizonte: Autêntica**, p. 99-111, 2007.

ROSA, Leandro; SILVA, Alessandro S. A Psicologia Política: um breve olhar sobre as Américas. **Psicologia Política: Debates e embates de um campo interdisciplinar**, p. 9-36, 2012.

SANDOVAL, Salvador AM. O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da sociologia e da psicologia social. **Estudos sobre comportamento político**, p. 13-23, 1997.

Recebido em: 10/04/2022

Aprovado em: 12/05/2022

Publicado em: 18/05/2022